

Por uma ação comunitária sustentável

ERLY EUSÉBIO DOS ANJOS

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFES

RESUMO

Trata-se da elaboração de um Modelo de Ação Comunitária Sustentável (MACS), a partir de um modelo previamente elaborado, em fins dos anos 70, quando a questão ambiental ainda não se evidenciava. Tem como objetivo principal discutir o conceito de ação comunitária e de desenvolvimento sustentável. Enfoca a pertinência de uma participação ativa de moradores locais em projetos institucionais. A importância de articular variáveis dos dois campos, em eixos temáticos socioambientais, é instrumental na construção do modelo. O processo de ação comunitária sustentável é detalhado, a partir da análise crítica de uma bibliografia atualizada. Indicações da aplicabilidade do MACS é mencionado, como resultado.

Palavras-chave: Ação Comunitária; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The present work refers to a Model of Sustained Community Action constructed from a previous model, elaborated in the end of 1970, when the environmental question was not yet in evidence. It has as a main objective to discuss the concept of community action and sustained development. It focus on the importance of an active participation of local residents in institutional projects. The importance of articulating variables in these two areas, within the framework of socio-environmental themes, is instrumental in the construction of this model. The process of sustained social action is detailed, from a critical

analysis of an updated bibliography. Indications of the applicability of this model is presented in the end.

Keywords: Community Action Model; Sustained Development; Environment.

[...] é imprescindível a recuperação das redes de sociabilidade vicinal e o fortalecimento das organizações vicinais, com a participação efetiva dos moradores no espaço público construído pela crítica social que desenvolveram no passado, [...] revitalizando (a) tradição política baseada no associativismo, na produção e crítica cultural, bem como na festa. Essa prática social é indispensável para se desconstruir a violência difusa, que está em toda parte porque tomou conta de corações e mentes, principalmente dos homens mais jovens que se trata de reconquistar”.

— ALBA ZALUAR

Introdução

A RECUPERAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES VICINAIS e a participação de moradores em espaços de convivência comunitária despontam como alternativa para confrontar problemas e questões da sociedade. Resgatar as redes tradicionais de sociabilidade surge como possibilidade para conter a individualização crescente e a fragmentação das relações sociais. A elaboração de um Modelo de Ação Comunitária Sustentável (MACS) remete-nos ao contexto atual.

A intenção no presente artigo é de orientar ações que possibilitem aos que, confrontados com ameaça ao seu bem-estar, buscam fazer algo que altere as condições que degradam sua qualidade de vida. Para isso, procuramos articular o conhecimento e a consciência sobre questões sociais e ambientais, em prol do desenvolvimento local e sustentável. Faremos isso através da revisão de um Modelo de Ação Comunitária (MAC), previamente elaborado. Relacionamos esse modelo anterior com os resultados atuais de pesquisas sobre a articulação de variáveis sociais e ambientais e, como resultado, elaboramos o MACS. Justificamos a construção de tal modelo na tentativa de pôr em prática a inter-relação dos seguintes princípios, celebrados no conceito de “desenvolvimento sustentável”: (1) uma relação de convivência relativamente harmoniosa entre o

homem e a natureza; (2) a promoção continuada da equidade social e econômica, incluindo o respeito às culturas locais; e (3) a participação (social e política) da comunidade local em projetos e programas institucionais, uma carência sentida por todos os que pesquisam e refletem sobre a complexidade da questão ambiental.

Por que um Modelo de Ação Comunitária Sustentável

SE O PRINCIPAL OBJETIVO DESSE MODELO é articular o conhecimento e a consciência de questões sociais com questões ambientais, visando a um desenvolvimento local sustentável, devemos considerar o relacionamento dos conceitos de ação comunitária com o de desenvolvimento sustentável, o que nos leva a dois questionamentos. O primeiro diz respeito à idéia de que a expansão globalizada do capitalismo contemporâneo, aliada às facilidades da tecnologia informatizada e da telecomunicação, une indivíduos, grupos, comunidades e países, ao mesmo tempo em que desune, fragmenta e dissolve laços de relações tidas como solidárias em sociedades locais. O segundo questionamento, paralelo ao primeiro, diz respeito ao surgimento de diferenças sociais e culturais que se encontravam apartadas e segregadas, no passado, e que ressurgem, hoje, como novas demandas e reivindicações, inaugurando uma outra forma de participação social e política mais direta. A ação e a participação comunitária precisam ser revistas e redefinidas via a problemática do conceito de desenvolvimento sustentável, porque ambas se dão num outro cenário, ou numa nova paisagem sociocultural e ambiental. A seguir, discutiremos os elementos constitutivos dessa ação comunitária mediada pela preocupação com a aplicação de projetos e programas sustentáveis.

Repensando o conceito de comunidade

VIVEMOS SOB A HEGEMONIA DE UM PARADIGMA científico fundado numa racionalidade parcial ou incompleta (BRUSEKE, 1993, 1994, 1996 e 1997). Sob a égide desse paradigma, a produtividade econômica, via o Mercado regulado pelo Estado, vem tendo prioridade sobre a instância da Comunidade, e juntos formam os princípios ou lógicas da modernidade capitalista Ocidental, segundo análises de Santos, B. S. (2000). Como resultado, a preocupação exacerbada pelo Mercado e pelo Estado em detrimento da Comunidade explica os obstáculos e ocultação de questões relativas ao social e ao ambiental, tais como

as da saúde, da segurança pública e da qualidade de vida. Explicam, ainda, a lógica de controle de manipulação e degradação do meio ambiente, depleção dos recursos naturais e impedimento da participação política e social. É preciso repensar a aliança entre a organização, a participação e a ação comunitária, em parceria com pesquisadores, agentes ou animadores comunitários, e oferecer alternativa à hegemonia racionalista e instrumental do Mercado e do Estado sobre os interesses locais e regionais da Comunidade num novo contexto. Para sociedades em desenvolvimento como a nossa, objeto do colonialismo interno e da reestruturação global, significa que pesquisadores, agentes sociais e moradores devem, através de uma ação coletiva e planejada, participar ativamente no processo de auto-definição de seus problemas, na interpretação de seus conteúdos, na tomada de decisão e implementação de mudanças locais e regionais. Pode-se dizer que uma ação comunitária, autônoma e sustentável pode ser instrumento na emancipação, social e política, de moradores, hoje reféns do jugo do tráfico de drogas e armas, uma questão que merece ser aprofundada. Seguindo nossos objetivos, comentamos o contexto que pensamos sobre um MAC e a possibilidade de incluir a variável da sustentabilidade.

O Modelo de Ação Comunitária revisitado

NOS ANOS DE 1970, ELABORAMOS esse modelo, visando à mobilização de comunidades em áreas urbanas e periféricas, muitas resultantes da “invasão” de mangues (ANJOS et al. 1978). Termos, tais como ação, desenvolvimento e planejamento comunitário, foram marcantes nesse período. O conceito de desenvolvimento sustentável não era ainda conhecido e considerado como atuante nas pesquisas sobre a degradação de áreas periféricas. Registramos que, na verdade, a relação entre o social e o ambiental sempre foi ambígua, desde a formação da disciplina da Sociologia (BUTTEL, 1992). Segundo Giuliani (1998), tanto a Sociologia quanto a Ecologia, na sua formação disciplinar, compartilhavam a mesma problemática, quando elaboraram seus conceitos, métodos, imagens e modelos explicativos, e mantêm, até hoje, uma relação tensa, que dificulta uma articulação entre esses dois campos do saber. Apesar dessa ambígua articulação, somos de opinião que haja, no presente momento, um campo fértil para uma relação interdisciplinar. Por um lado, devido ao esgotamento de análises parciais e, por outro, devido à ameaça, cada vez mais contundente, à nossa sobrevivência. Acreditamos, ainda, que é preciso redefinir noções e conceitos que dizem respeito aos diferentes campos – da Sociologia e da Ecologia – de pesquisa sobre a questão

ambiental. A seguir, identificamos os elementos constitutivos de uma ação comunitária, passível de incluir o conceito sustentável, visando à construção de um MACS. Os tópicos discutidos a seguir formam o modelo.

1. Comunidade de Base ou Grupo Comunitário

Os termos Unidade Local ou Comunidade de Base, adotados por nós, têm origens nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e na Teologia da Libertação, que usam dessa noção como um local de apoio para que se desencadeie a ação comunitária. Consideramos tal noção importante e sugerimos o termo Grupo Comunitário para o grupo de pessoas que mantém relações primárias entre familiares ou vizinhos, que podem ajudar-se e que, por isso, podem adquirir consciência de questões e das necessidades locais. Sem um grupo alvo, não há base para desencadear o processo de ação comunitária do qual falaremos. No passado, concebia-se a comunidade como constituída de grupos locais, da vizinhança e de bairros que possibilitavam o convívio e um relacionamento com base em referências localizadas, no tempo e no espaço (GIDDENS, 1991). Essa descrição de comunidade está sob suspeita de não existir mais, devido ao “desencaixe”, segundo Giddens, do tempo, espaço e advento de “redes”. Até onde vão os limites de uma comunidade, sempre foi problemático, e é mais difícil de se estabelecer hoje. Há os que definem como sendo o espaço até onde vão os moradores, para serem atendidos em suas necessidades básicas, tais como os relacionamentos familiares, os religiosos, os relativos à educação e às trocas socioculturais. Argumentamos que a concepção de comunidade deve ser revista, porque as interações sociais não podem mais contar com as referências localizadas que se encontram “des-territorializadas”. A comunicação cada vez mais veloz alterou a possibilidade de essas interações ocorrerem face a face ou de sustentarem a co-presença (GIDDENS, 1991), o que dificulta encontros casuais e trocas de idéias entre grupos vizinhos (CHESNEAUX, 1995). O Grupo Comunitário, para ter representatividade e legitimidade, deve constituir-se de pessoas com tendências sociais, políticas, ideológicas diferenciadas, com a participação de ambos os sexos, diferentes faixas etárias. Tal diversidade é crucial, devido à complexidade da própria questão ambiental e tendência à individualização, intolerância e dificuldades no poder de negociação entre diferentes grupos sociais.

2. Recursos: um paradoxo

Uma ação genuinamente comunitária, autônoma e local só ocorre quando se utilizam recursos internos à comunidade, ou quando os recursos externos são somente

complementares aos internos. O maior legado de uma comunidade são os próprios moradores do bairro, o seu mais valioso recurso endógeno. Dependendo de recursos que vêm de fora contraria o sentido de uma ação comunitária e autônoma.

3. Condições que facilitam

Atitudes, valores, conhecimentos, ações, comportamentos dos moradores podem ser condições que tanto podem facilitar o processo de ação comunitária, quanto podem ser obstáculos a esse processo. Conhecer os problemas da comunidade, participar das decisões, utilizar de recursos internos facilita. O uso (e abuso) da comunidade para atender a interesses pessoais de um grupo particular e do partidarismo político são obstáculos que devem ser evitados.

4. Processo de ação comunitária

É o *loci* das ações ou atividades da ação comunitária. Quando um certo número de pessoas se sente ameaçado e desejoso de iniciativa para, juntos, tentarem resolver problemas em comum, temos o processo de ação comunitária. Quando um grupo reage, analisa, sistematiza e toma consciência da magnitude e peculiaridades de seus próprios problemas, está desenvolvendo o *autodiagnóstico comunitário*, oportunidade que tem de conhecer os seus próprios problemas, carências e necessidades. Quando o grupo fixa os seus objetivos diante dos problemas estudados, quando estuda as possíveis alternativas, soluções e decide sobre as mais realizáveis, está desenvolvendo a *tomada de decisões racionais*. Quando se organiza num grupo comunitário e começa a agir sobre seus problemas, está desenvolvendo a *ação organizada*. Quando sucessivamente e periodicamente o grupo tenta analisar e refletir sobre as atividades desenvolvidas em termos de resultados alcançados, está desenvolvendo a *auto-avaliação comunitária*.

5. Resultados

São aqueles verificados no dia-a-dia da comunidade, após e durante a realização do processo de ação comunitária, e têm impactos em nível micro e macro, que são visíveis e servem como “combustíveis” para dar sustentabilidade ao grupo e à comunidade.

Ação comunitária e desenvolvimento sustentável

A INSERÇÃO DA AÇÃO COMUNITÁRIA no desenvolvimento sustentável é um requisito indispensável à implantação de projetos que visam à melhoria da qualidade de

vida, principalmente de populações residentes em áreas de ambientes degradados. Isso porque a realidade social está cada vez mais complexa, contraditória, hierarquizada e articulada globalmente (ANJOS, 1998). Variáveis sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que sempre foram inter-relacionadas constituem o que chamam de “questão ambiental”. Pretendemos, a seguir, especificar e relacionar esses termos entre parênteses. Para Jollivet e Pavé (1997), a questão ambiental constrói-se, sociologicamente, com base em várias questões específicas, tais como o esgotamento dos recursos naturais, a fome, o uso da energia nuclear, a degradação das condições de trabalho e do *habitat*. Reagrupando essas questões, os autores formularam três paradigmas que servem para orientar disciplinas que lidam com elas, a saber: as ciências da natureza, da vida e as ciências sociais. Argumentam a favor da interação entre essas áreas de estudos, de novos conceitos e do uso de teorias e metodologias em comum.

Num projeto que integra o estudo da questão ambiental é preciso ter o que chamam de uma “coordenação permanente de pesquisadores”, dispostos a manter um diálogo que resulte numa verdadeira síntese de suas pesquisas específicas. Essa coordenação, de caráter interdisciplinar, difere de outras pesquisas isoladas, que reúnem várias disciplinas, cujo resultado é apenas um somatório de conclusões parciais e díspares, tais como as do tipo Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs). Num projeto integrado, as variáveis sociais e ambientais devem interagir igualmente, sem a hegemonia de uma ou outra disciplina. Isso porque a “paisagem”, ou a relação construída e vivida entre os homens e o seu espaço ambiental, faz parte da análise socioambiental. Em pesquisa da relação entre pobreza urbana e dilapidação dos recursos naturais, essa noção da paisagem é importante porque significa compreender o indivíduo na sua localização, através de suas reais condições de vida, das suas relações sociais e da sua sobrevivência diária. É a partir dessa concepção que elaboramos “eixos temáticos” capazes de entrelaçar variáveis sociais e ambientais e de servir como guias para os questionários e entrevistas (Quadro 1).¹

A seguir, detalhes sobre o que queremos com os eixos temáticos. Em primeiro lugar, buscamos conhecer a situação e a condição socioeconômica em que se encontram os moradores, quais são as formas de ganhos em seu trabalho formal e informal. Buscamos, com isso, saber sobre os *indicadores de produtividade local* e das *potencialidades* que poderão ser deslançadas numa ação comunitária. Saber do estado de saúde da população residente, o que pensam, em que acreditam, o que valorizam e como agem com base nos mitos e ideologia relativos à preservação/destruição do meio ambiental é também importante. Esse

conteúdo cultural e simbólico, muitas vezes ignorado, ajuda a distinguir entre o que dizem, quando inquiridos, e o que *realmente* fazem, no dia-a-dia.²

No item dois, sobre a Participação Social, Cultural e Ambiental, procuramos saber o grau de participação da população em eventos locais, regionais e, às vezes, *em rede* com outras entidades nacionais e até mesmo internacionais. Os grupos comunitários podem interagir com outros afastados, devido à facilidade da comunicação informatizada, embora ainda restrita. Pelo estilo de vida nos *habitat* urbanos, pelas formas de sobrevivência cotidiana, ou, ainda, pela produção da comunidade para fins domésticos ou comerciais, pode-se conhecer o uso (e abuso) dos recursos naturais. Isso se aplica ao caso da pesca predatória de caranguejo, por exemplo. O fato é que o estilo de vida estabelece uma lógica ou um ciclo perverso da pobreza e da degradação do meio ambiente. O conhecimento específico desse estilo da sobrevivência vai servir para alterar, através das campanhas de educação ambiental e conscientização, o comportamento e as atitudes insustentáveis.

O terceiro eixo temático busca fazer uma síntese dos dois anteriores. As perguntas sobre atitudes, opiniões e valores são para saber quais são os Obstáculos, as Expectativas e Disposições para se desencadear uma ação comunitária e sustentável. É nesse item que se fazem as associações estatísticas das variáveis da situação, condição, conhecimento com atitudes, opiniões, crenças e valores existentes da relação entre pobreza, saúde e desenvolvimento sustentável. É importante saber, ainda, quais são os impedimentos específicos e localizados espacialmente para que ações, também específicas e localizadas, sejam implementadas. Do mesmo modo que é importante conhecer as disposições ou facilidades dos diferentes segmentos da população-alvo. Finalmente a pesquisa qualitativa é projetada para ser feita após se conhecerem os resultados analisados da primeira e tem uma importância capital nesse tipo de diagnóstico. Após ter mostrado que é possível relacionar variáveis sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais em eixos temáticos para fins de pesquisa socioambiental, fazemos breves comentários à natureza da ação (ou participação) comunitária e ao que entendemos por desenvolvimento sustentável.

Ação Comunitária: de “dentro para fora” e de “baixo para cima”

O RESULTADO DE PESQUISAS³ MOSTRA que a maioria deseja participar na solução de seus problemas cotidianos. Isso demonstra a existência, pelo menos, do potencial para a mobilização social. Apesar da dependência e da expectativa de atuação das

Prefeituras, do Estado e de órgãos externos para a solução dos problemas do bairro, consideramos que a parceria entre esses e os grupos comunitários seja bem-vinda. O potencial para participação local pode ser desenvolvido, também, em conjunto com pesquisadores ou animadores comunitários. Deve haver cuidado para que não haja interferência na autonomia ou na auto-suficiência dos moradores.

O fato é que existe hoje vontade de participar para a melhoria de suas comunidades⁴ e na solução de problemas que os afetam. Sabemos que um dos pilares do desenvolvimento sustentável é a participação ativa da população local (GHAI e VIVIANE, 1992). Essa participação, auto-suficiente e comunitária, é fundamental no planejamento de estratégias, é inclusive um requisito básico para o financiamento de projetos voltados para a conservação dos recursos naturais e para a qualidade de vida. Há quem defenda a participação de populações tradicionais que já vivem em harmonia com a natureza, mas que não são reconhecidas pelo Estado, inclusive por força de legislações que têm como base um “mito da natureza intocável” (DIÉGUES, 1994). Nessas formas de participação social, o sujeito passivo, carente de socialização e de controle normativo das instituições, é substituído por indivíduos que, através de ações sociais mais afetivas, comunitárias, almejam participar coletivamente, sem abrir mão de sua individualidade. Uma participação solidária, mas emancipada, como vimos.

Chamamos a atenção para o desenho de um novo cenário, onde surgem novos atores sociais, novas formas de participar socialmente e reivindicações mais específicas. O negro, o índio, a mulher, a criança, o adolescente, o idoso, o sem-terra, os excluídos em geral, são exemplos desses novos sujeitos e de novas forças de oposições comunitárias. São reivindicações de grupos sociais diferenciados que estiveram, no passado, oprimidos e reprimidos. Conflitos e contradições sociais que se encontravam engessadas nas relações familiares, no trabalho, na relação das minorias étnicas, raciais e dos pobres marginalizados, com a maioria integrada, reaparecem reivindicando os seus direitos a uma cidadania plena. São formas de mobilizações cívicas e democráticas, contra a hierarquia e o autoritarismo do passado. A tendência para essas novas formas de participação social está sendo reconhecida mundialmente, através da comunicação virtual em redes, a caminho de uma cidadania global.

Surgimento das “redes”

SEGUNDO SCHERER-WARREN (1993 E 1999), a sociedade organiza-se (na década de 1970 e início da de 1980 ?) com base em questões específicas do cotidiano,

reivindicando os direitos à cidadania. Forma redes ou ações coletivas que vão além de interesses particulares. Essas “redes de movimentos”, segundo ela, são novas utopias, diferentes das utopias dirigidas. Tal como a utopia socialista e o pluralismo ideológico constroem um imaginário mais democrático e tolerante. A globalização, que ajuda a integração regional, internacional, e a redefinição de espaços públicos permitem a participação da sociedade civil e dos excluídos como um contraponto, ou uma reação mobilizadora de diferentes categorias sociais, diante da globalização. As redes permitem a articulação dos agentes locais, regionais, nacionais e internacionais. No caso da preservação ambiental, é importante notar que as contradições no campo vêm afetando a consciência ecológica e influenciando a reivindicação por uma melhor qualidade de vida nas cidades. Rudá Ricci⁵ diz que é preciso “[...] ouvirmos mais atentamente as novidades que surgem no meio rural”. No Brasil, diz ele, surgiram inúmeros movimentos sociais rurais que romperam com o corporativismo dos movimentos sociais urbanos, incluindo o sindicalismo. “Muitas dessas organizações evoluíram para novas formas de relacionamento com o Estado”, diz ele. Apesar de “não revelados pela imprensa brasileira”, esses movimentos rurais estão pondo em prática “mecanismos de gestão pública e a proposição de uma reforma democrática do Estado”, tais como alfabetização de bóias-frias, ressentimentos dos que perdem terras com a construção de hidrelétricas, fiscalização do trabalho do menor no meio rural, entre outros.

A participação local, autônoma e sustentável

A PARTICIPAÇÃO LOCAL, AUTÔNOMA, democrática e articulada em redes sociais é requisito indispensável no desenvolvimento sustentável de uma comunidade e região. Mas é preciso considerar algumas noções e conceitos. Quando Sachs (VIEIRA e WEBER, 1997) pensa em relacionar a conservação ambiental com o desenvolvimento social, o conceito de “ecodesenvolvimento” surge inicialmente como uma preocupação com a “gestão endógena” das comunidades rurais, dos países em desenvolvimento. Um outro conceito interessante é o de “auto-suficiência” ou “*self-reliance*” (VIERA, 1995, p. 54). Não se deve traduzir literalmente esse termo do inglês para o português, sem considerar as implicações políticas nele envolvidas. Auto-suficiência não deve ser entendido simplesmente como “autonomia”, no sentido de desenvolver “[...] a capacidade de identificar seus próprios problemas e de propor soluções de forma soberana [...]”. Em termos de uma participação comunitária em rede e no “espaço internacional”,

segundo Vieira, o termo, *self-reliance* deve denotar o “[...] fortalecimento da vontade política de explorar com mais acuidade toda a diversidade de alternativas civilizatórias, em que pese as coações impostas pela globalização da cultura materialista-consumista” (VIEIRA, 1995, p. 60). O que está em questão aqui é uma participação comunitária que possibilite a transformação de moradores em cidadãos (do mundo) e não em meros consumistas, isolados e individualizados. Essa é uma questão que se discute hoje e que merece atenção.

Falar em *desenvolvimento sustentável* está-se tornando uma prática comum para governos, administradores, políticos, empresários, profissionais, pesquisadores e o público em geral. Usam o termo como uma alternativa aos “males” causados ao meio ambiente e para contornar obstáculos ao alcance de metas preconizadas pelo *crescimento econômico*. Desconfia-se que a aceitação generalizada desse conceito oculta interesses particulares, de certos grupos, com poder econômico no cenário político atual. Fala-se, também, da *participação da sociedade*, uma outra dimensão desse tipo de desenvolvimento, mas não se sabe se essa é considerada autêntica, no sentido de uma efetiva participação de populações locais, ou daqueles que são afetados diretamente pela questão ambiental.

Em geral, uma efetiva participação da população implica um conhecimento das condições sociais e ambientais, análise e tomada de decisão em programas ou projetos que causam impactos no entorno de forma permanente. De sorte que a participação da população em projetos implantados “de fora” não pode ficar a reboque da racionalidade exclusiva da dimensão econômica e de interesses externos à comunidade. A participação social e local permanece, na maioria das vezes, como retórica, ou somente nos enunciados de projetos de desenvolvimento. A falta de participação social efetiva, democrática, em todas as fases da implantação de um projeto não pode ser vista como acessório, e depõe contra o sentido de um genuíno desenvolvimento sustentável. Isso é, na verdade, o que nos leva à construção de um modelo de ação comunitária sustentável e a uma preocupação com a ambigüidade no uso indiscriminado de certos conceitos. A seguir, distinguimos alguns desses.

Crescimento econômico x desenvolvimento social

NÃO HÁ CONSENSO QUANTO AO SIGNIFICADO do conceito do desenvolvimento social. Argumentamos que a forma indiscriminada de promover o desenvolvimento social pode estar mascarando as contradições e os conflitos não solucionados, que ressurgem na reestruturação global, onde a questão social

e a ambiental “se descolonizam” ou “se desterritorializam”, conforme Ianni (1993, 1995 e 1996) e Giddens (1991). Em décadas passadas, o conceito de “crescimento econômico” distinguia-se do de desenvolvimento social, ou era considerado em contraposição a ele. Com a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável, essa distinção perdeu o sentido, em termos teórico e prático, e passou a ocultar – em vez de solucionar – a contradição entre crescimento econômico e desenvolvimento social. É nesse sentido que o conceito de desenvolvimento sustentável surge para invalidar o confronto entre as duas tendências contraditórias, e não para saná-las. Cabe perguntar: é o desenvolvimento sustentável um embuste? Para uma visão mais crítica, deve-se perguntar: a quem interessa o desenvolvimento sustentável? Sustentável para garantir a proteção e preservação dos recursos naturais ou para a sobrevivência social e cultural daquelas populações que dependem direta ou indiretamente desses recursos ou que os percebem como cruciais para sociedades ditas “sustentáveis” (DIEGUES, 1992). Vemos que há conotações ideológicas embutidas na formulação desse conceito, que dificultam a sua aplicação de forma irrestrita: a questão das diferentes concepções sociais e políticas que são permeadas por diferentes interesses. Voltaremos a isso.

Conservação x preservação

DIEGUES (1994, p. 22) DISTINGUE conservação de preservação ambiental. A preocupação em proibir o uso de recursos naturais e de certas áreas naturais surge, por força de uma legislação, nos Estados Unidos⁶ e é passada para nós. Essas áreas de conservação (selvagem) não podiam sofrer ação humana. *Conservar*, portanto, diz respeito ao “uso adequado e criterioso dos recursos naturais” e *preservar*, ao contrário, diz respeito a “reverência à natureza, no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)”. Esse é um outro conceito que não pode ser aplicado sem levar em consideração a especificidade de cada área ou região e as trocas desiguais entre países. Será que os países mais pobres podem preservar áreas naturais sem a presença do homem, ou com a presença *daquele* homem que vive relativamente em harmonia com a natureza, conservando-a? Falar em desenvolvimento sustentável para sociedades de países pobres parece paradoxal quando se sabe que, para a manutenção dos elevados padrões de nível de vida existentes em países mais industrializados, é preciso manter essa dependência, desigual e injusta, nas trocas de produtos comerciáveis entre países ricos e pobres? Cabe ainda a pergunta: sustentável para quem (“cara pálida”)?

Países ricos, do Norte, pregam a *proteção e a preservação* dos recursos naturais, para manterem a Natureza intacta, para apreciação estética e concebida como selvagem, isto é, a

[...] valorização do mundo natural/selvagem, ocorre como um contraponto à concepção negativa da Idéia do Progresso Industrial. A rusticidade da vida no campo passou a ser idealizada e romantizada [...] como um “paraíso terrestre”, “paraíso perdido”, “lugar de reflexão”, “de isolamento espiritual” que conduz o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 1944, p. 19-20).

Vê-se que a concepção de conservação ambiental, que considera a co-participação do homem, inclusive o uso dos recursos naturais, a lenha, a pesca, as plantas medicinais e outros para a sua sobrevivência, conflitua-se com a preservação ambiental defendida pelos Estados Unidos e por outros países do Norte. Esses “consideram-se pouco afetados, porque acham que *não* dependem diretamente da natureza”, diz Redclift (1994). Essa visão dos norte-americanos está mudando. Isso ocorre devido às preocupações com o efeito estufa, as alterações climáticas e a suspeita com o consumo de alimento transgênico, ou alterado geneticamente, e os impactos na saúde. Na verdade, a consciência ambiental relativa à degradação do meio ambiente pela ação do homem surge nos Estados Unidos, nos anos de 1960, e influencia-nos, na esteira dos novos movimentos sociais. Em países mais pobres do Sul, como o nosso, percebe-se justamente o inverso, onde “[...] a luta pelo meio ambiente [é] geralmente sobre as necessidades básicas, identidade cultural e estratégias de sobrevivência e não uma válvula de escape dos problemas de congestionamento do espaço urbano” (REDCLIFT, 1994, p. 26), de sorte que há diferenças culturais a serem consideradas.

Se o desenvolvimento sustentável é um embuste ou uma estratégia para os países mais industrializados manterem o mesmo nível de produtividade, consumo e estilo de vida à custa da exploração dos recursos naturais, da apropriação de matéria prima e da degradação do meio ambiente, parece ser uma questão que merece ser mais discutida. Para os países menos industrializados, incluindo o Brasil, reduzir a pobreza é tão prioritário quanto reduzir degradação ambiental. Isso ficou demonstrado em nossas pesquisas. A redução da miséria e a preservação da natureza parecem estar diretamente relacionadas com a sobrevivência natural e humana. Nosso caminho deve ser de uma conservação ambiental com a participação de grupos na comunidade que cooperam, fiscalizam e defendem a sua área local de sobrevivência. O grande

desafio é mobilizá-los para esse fim, o nosso intento aqui. Em suma, não se pode definir o desenvolvimento sustentável sem redefinir o próprio conceito de desenvolvimento e a relação de dependência histórica e estrutural, fundada na desigualdade social e econômica, entre os países mais industrializados do Norte e os países do Sul. Quais são as principais dimensões de um desenvolvimento genuinamente sustentável, que podem ser aplicadas na realidade atual?

Por uma definição do desenvolvimento sustentável

SEGUNDO A COMISSÃO DE BRUNDTLAND, desenvolvimento sustentável é um *processo* pelo qual a exploração dos recursos naturais, o investimento tecnológico e qualquer mudança a ser implementada têm que estar em harmonia com a natureza, impedindo que as necessidades do presente e do futuro sejam prejudicadas. Para atender a esses preceitos, o desenvolvimento sustentável é concebido sob o ponto de vista de três dimensões: a ecológica, a econômica e a sociopolítica. Uma análise crítica dessas três dimensões pode suscitar uma *definição operacional* para os interesses de sociedades mais pobres, no cenário geopolítico atual. Na dimensão sociopolítica há dois tipos de poder: (1) o poder de grupos e classes sociais em estabelecer relações de dominação e (2) o poder sobre os recursos naturais e a relação entre conhecimento e poder sobre a natureza. Fazer essa distinção é importante devido às relações desiguais de dominação entre ricos e pobres e do conhecimento que as populações “tradicionais” e locais têm sobre os seus recursos naturais. Compreender o poder sobre esse conhecimento pode ser a *chave* para um desenvolvimento realmente local sustentável. É importante, ainda, porque o poder *universal* (do capitalismo e tecnológico) tem sempre suscitado resistências e oposições que, ignoradas no passado, estão ressurgindo e confrontando-se com o poder central e hegemônico, no caso dos Estados Unidos. Isso mostra que existe um novo quadro, no que diz respeito à participação da sociedade civil, como alternativa à globalização hegemônica e desigual.

O sistema de adquirir conhecimento sobre a natureza por comunidades tradicionais e nativas tem sido *ignorado* pela hegemonia do conhecimento científico racional, universal e instrumental. A utilização desse conhecimento local e tradicional é uma promessa do novo paradigma científico, conforme veremos. Até recentemente, as agências internacionais de desenvolvimento não levavam em consideração esse conhecimento tradicional e local, que as populações

pobres têm sobre a conservação do seu meio ambiente e dos recursos naturais. Esforços começaram a ser feitos na década de 1980, quando a relação entre pobreza, degradação ambiental e desenvolvimento sustentável surgiu.⁷

Por uma ação sustentável

O QUE SIGNIFICA TER UMA AÇÃO COMUNITÁRIA sustentável que articule as três dimensões desse conceito e que considere as diferentes lógicas ou premissas de cada uma delas? Um dos obstáculos na aplicação universal do desenvolvimento sustentável está, justamente, no inter-relacionamento dessas dimensões, ou melhor, em combinar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social através da participação política e efetiva daqueles diretamente afetados, enquanto se conserva o meio ambiente e os recursos naturais. Segundo Bruseke (1993), esse obstáculo existe devido à adoção de uma *racionalidade parcial* (e não completa, como mencionamos), a preferência pela ordem, a redução da complexidade e o “esquecimento” do *terceiro elemento*, na análise dialética que explicaremos, a seguir. A racionalidade parcial na ciência deu-se paralelamente ao desenvolvimento da sociedade ocidental, industrial e capitalista, balizado pela filosofia do Iluminismo, do Positivismo e do Evolucionismo. Sob a hegemonia dessa racionalidade, setores da economia (o mercado) e da administração (o Estado) tiveram mais êxitos, em detrimento das instâncias social e cultural. As ciências exatas, naturais e sociais aliam-se ao princípio da produtividade, ao cálculo econômico e ao progresso industrial. Como resultado, trataram questões relativas ao social, ao político, ao cultural e ao ecológico, como *secundárias* (ou como epifenômenos).

O desenvolvimento, nesse sentido, significou um ordenamento regulado e hierárquico dos interesses econômicos e administrativos sobre os interesses e as demandas sociais e ambientais. Desvios, liberdade ou a emancipação foram descartados, ou, ainda pior, ideologizados. A busca de explicações e interpretações da realidade deu-se com base na comunicação binária, dos pólos opostos, negando a possibilidade da introdução de um terceiro elemento na análise da realidade social e ambiental. A dialética que, desde os gregos, admite a existência desse terceiro elemento, rompe com o pensamento binário, mas não consegue articular o princípio da conservação e da destruição, quando confronta a tese com a antítese, na busca da síntese ou da transformação dessa realidade. Segundo Bruseke, a possibilidade de a dialética marxista romper com a racionalidade parcial e articular as três dimensões foi abandonada por seguidores

de Marx (e de Hegel). Assim, a análise da economia política privilegiou a dimensão socioeconômica e política da confrontação entre as classes sociais, tidas como o motor da história. A questão ambiental não se constituía em uma *ameaça* e buscava-se uma emancipação social e política através da transformação dos condicionamentos da Natureza via o trabalho concreto.

As ciências sociais, segundo esse autor, não se confrontaram com as relações ambíguas e contraditórias que existem entre o que é social e o que é ecológico. Uma tarefa que está para ser feita e os conceitos da multidimensionalidade, complexidade, holismo e totalidade buscam resgatar a racionalidade completa, construída a partir de um novo paradigma que permite articular as três dimensões do desenvolvimento sustentável. O modelo de ação comunitária sustentável considera a problemática dessas três lógicas distintas teoricamente irreconciliáveis.

Modelo de Ação Comunitária Sustentável

RESSALTAMOS QUE O PAPEL DOS EIXOS TEMÁTICOS é possibilitar o equacionamento de variáveis sociais e ambientais, construir instrumentos de pesquisa e sugerir ações práticas e sustentáveis. Lembramos que um dos requisitos básicos para desencadear projetos de sustentabilidade local é a participação ativa e efetiva da comunidade. Chamamos atenção para dois tipos de ação comunitária: um que envolve a mobilização da comunidade em parceria com Prefeituras, Estado e outros órgãos públicos, privados, Organizações não Governamentais (ONGs) e outros; outro que decorre da própria mobilização da comunidade. Esse tem como base o grupo comunitário, o qual pode ser ou não assessorado por pesquisadores e/ou animadores, com base na metodologia de pesquisa participante, os quais se dispõem a auxiliar no diagnóstico, no processo da ação comunitária e na avaliação dos resultados. Em tese, a ação comunitária decorre de uma ameaça ao bem-estar dos moradores. O processo da ação comunitária inicia-se tão logo um número relativamente expressivo de pessoas almeja fazer algo para alterar o estado das coisas, através de uma ação política, coletiva. Igualmente os termos “autonomia” e “auto-suficiência” significam que a comunidade deva eximir-se de interesses outros que não sejam os dela mesma ou do grupo mobilizado.

Nosso propósito, neste estudo, é construir um MACS, de sorte a contemplar (1) as dimensões social e ambiental; (2) a participação efetiva, autônoma (*self-reliance*) da população local; e (3) os projetos de desenvolvimento local e regional,

voltados para atender às reais demandas dos moradores, em rede com os movimentos sociais, isto é, a idéia principal é que o modelo seja fomentado e organizado a partir da mobilização de grupos comunitários, para solucionar problemas sentidos localmente. Tal iniciativa pode fazer parte de projetos integrados e solidários com outros, em rede, que compartilham de interesses relativos à melhoria da qualidade de vida local, melhorias que valorizem o cotidiano, a paisagem (o espaço territorial). Projetos definidos como desenvolvimento endógeno, de autogestão e sustentável. Não aqueles isolados e voltados para excluir certos grupos, mas projetos com características de “dentro para fora” e de “baixo para cima”. Pensando na relação de reciprocidade cada vez mais evidente entre local e global, elaboramos o presente modelo com o ideal de dirimir estratégias direcionadas para confrontar “efeitos perversos da globalização” (SANTOS, M., 2000), ou um modelo que tenha o homem como prioridade central, suas necessidades, desejos, carências sociais e sua autopromoção em consonância com o meio em que vive. Para esse autor, um desenvolvimento, em forma de uma alternativa utópica, para uma “outra globalização” só será conseguido com a mobilização social de países periféricos, como o Brasil. As formas de mobilizações que ocorrem, no momento, contra a globalização, os protestos contra as reuniões internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC) são exemplos de ações comunitárias sustentáveis. As reuniões do *Fórum Mundial Social* com o objetivo de integrar ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas e cidadãos empenhados na busca de caminhos alternativos de desenvolvimento são, também, exemplos dessas novas formas de participação política. Projetos de desenvolvimento em parceria com os índios Iauanuás, que utilizam o corante do urucum na produção de batons, xampus e condicionadores⁸ são outros exemplos. Quais são os elementos constitutivos do MACS? Como se relacionam para resultar num desenvolvimento local e sustentável? Isso é que passamos a discutir a seguir.

MAC versus MACS: o S que faz a diferença!

VIMOS QUE O MAC, ELABORADO EM OUTRO contexto, menciona, mas não privilegia o meio ambiente. O MACS dá um passo a frente, pois considera que o equilíbrio ambiental, a equidade social e a participação efetiva da população são dimensões do desenvolvimento sustentável. Uma comparação insere a questão ambiental que, como vimos, é complexa e comporta um feixe de relações entre

os homens e desses com o meio em que vivem, num processo constante de *ação, reflexão, decisão e avaliação de resultados*. Tal processo já ocorre na dinâmica da comunidade; o que precisa é sistematizar e otimizar seus benefícios.

Para se construir um modelo de ação comunitária sustentável é preciso:

- identificar qual é o *Grupo Comunitário*, ou as pessoas afetadas por um problema ou questão;

- avaliar seus *Recursos* internos e externos, articular em rede com outros grupos regionais, nacionais e até mesmo internacionais;

- observar quais são os *Obstáculos e Disposições para um Desenvolvimento Sustentável*, isto é, conhecer expectativas, conflitos e tensões existentes, novos valores e atitudes conservacionistas para que o Grupo possa refletir, decidir, organizar e avaliar estratégias para combater obstáculos e utilizar-se das facilidades.

Em seguida, é preciso que o Grupo desencadeie o *Processo de Ação Comunitária* que consiste, primeiro, em fazer um *Autodiagnóstico Comunitário Sustentável*, ou saber da real situação e condições em que vive a população e apropriar-se da paisagem construída subjetivamente pelos residentes. Tal diagnóstico vai servir para orientar futuras ações e decisões. O conhecimento quantitativo e qualitativo – de quem são, como estão, de onde vieram, como se ocupam, o que produzem, o que consomem, etc. – dá o perfil dos residentes e uma compreensão mais aprofundada da realidade e dos desafios. Saber quem tem mais liderança na comunidade, como é a participação local em associações, sindicatos, partidos políticos, eventos culturais e tradicionais vai mostrar qual é o potencial e quais são as dificuldades a serem trabalhadas. Saber, realisticamente, a extensão dos problemas no bairro que afetam o bem-estar de todos é uma tônica que alimenta todo o processo de ação comunitária. Conhecer as opiniões, as atitudes e o grau de consciência socioambiental serve para determinar as prioridades, possibilidades e alternativas para uma agenda local.

Faz parte, ainda, do processo de ação comunitária, *Refletir* sobre os dados, problemas e inter-relações, isto é, sobre as possíveis causas e conseqüências de um problema em relação a outros, obtendo-se com isso uma visão orgânica da questão social e ambiental na comunidade. Pensar, assim, e engajar-se em uma *Ação Organizada* racional e uma *Auto-Avaliação Comunitária*.

Finalmente, os *Resultados* desse processo de ação comunitária sustentável são importantes, na medida em que os envolvidos consigam ver mudanças no dia-a-dia e no modo como as coisas se vão alterando. É nesse sentido que os resultados são observados *vis-a-vis* ao que identificaram como problemas sociais e ambientais. Para uma compreensão mais específica elaboramos o Quadro 2 e Figura 1.

A) *Grupo Comunitário* ou pessoas diretamente afetadas por questões socioambientais que se sentem motivadas para reunir e discutir efeitos, causas, possíveis relações, o que fazer, como fazer, alternativas e possibilidades de solucionar problemas e questões locais.

B) *Recursos* ou meios locais ou mediações desses com outros externos, mas que possam viabilizar suas ações e atividades na comunidade.

C) *Obstáculos e Disposições para um Desenvolvimento Sustentável* que são de dois tipos. Primeiro, aqueles fatores que emperram, tais como idéias preconcebidas, valores e práticas insustentáveis, manutenção de fatores de exclusão social e estrutural, comportamentos, atitudes e existência de uma certa consciência do desperdício de recursos na comunidade: são os obstáculos. Os que facilitam são, por exemplo, novos atores sociais, valores, exercício da cidadania, consciência dos benefícios (individuais e coletivos) da conservação de energia, água e saneamento.

O *Processo de Ação Comunitária Sustentável* inicia-se com um

- *Autodiagnóstico Comunitário e Sustentável*, que significa conhecer a situação produtiva, as condições de vida social e cultural, a concepção da paisagem, da relação homem/natureza, a participação ativa e a teia de relações com pessoas na comunidade, a estrutura física, a vivência quotidiana, a informação e o grau de consciência da degradação do meio em que vivem.

- A *Reflexão*, que é a conscientização compartilhada, envolvendo uma percepção hierárquica de problemas sociais e ambientais (bairro e vizinhança).

- *Tomada de Decisão Estratégica*, que é o ponto em que ocorre a definição de objetivos específicos, a definição e seleção de alternativas; a *Ação Organizada Racional* e a *Auto-Avaliação e Reorganização Estratégica*.

- Os *Resultados*, que são todos aqueles que surgem paulatinamente em decorrência desse processo e com base no que foi diagnosticado e planejado pelo grupo. O mais importante é o poder adquirido internamente pelo Grupo, ou a sua auto-estima, na experiência de conseguir fazer algo em conjunto. Uma concepção de poder que não se esgotou, ainda, como premissa básica para solucionar problemas e questões que afetam bairros, vizinhanças e comunidades em todo o lugar.

Nossa expectativa, com a simplificação desse modelo, é que qualquer grupo que adquira legitimidade de representar uma comunidade de pessoas ameaçadas e desejosas de realizar algo que venha a alterar uma determinada situação e, em qualquer lugar, possa utilizar-se do Modelo de Ação Comunitária Sustentável, inclusive renovando-o com experiências e situações de um contexto específico.

Por ser modelo, não tem a pretensão de se tornar um manual rígido, de como se faz para desencadear uma ação comunitária, espontânea, autônoma, local e sustentável, no sentido com que o adjetivo merece ser conhecido.

Possíveis projetos

UMA NOÇÃO, UMA IDÉIA OU UM CONCEITO não surgem do nada; é resultado de um processo, às vezes inconsciente, que se articula, a princípio, como esquemas ou roteiros. Tudo isso numa tentativa incessante de atender a solicitações sociais de pessoas e instituições. Esse vem sendo o caminho percorrido desde a construção do MACS. Não é um movimento linear e cumulativo de reflexão e experiência em pesquisa, mas de idas e vindas para responder a uma simples questão: como trazer à tona temas e questões ignoradas, às vezes não reconhecidas por setores integrados da administração pública, em projetos de desenvolvimento social e sustentável. Na tentativa de responder, listamos alguns projetos possíveis de uso do MACS, lembrando que, na elaboração de qualquer projeto, se deve atender às demandas específicas de cada situação. Os listados aqui foram solicitados e ainda não aproveitados.

A) *O velho, o novo e o mar – escolas de pescadores mirins*⁹

Delimitação do Problema: Nas últimas décadas, a baía da Grande Vitória passou por um processo de ocupação e degradação do mangue e das atividades de pesca, com reflexos para os que vivem desse produto. Esses são grupos tradicionais de pescadores artesanais, catadores de caranguejos, siris e outros, que ainda mantêm a sobrevivência cotidiana, detêm conhecimento, saber e prática tradicionais de pesca; pautam-se por uma “ética ambiental” que enfatiza valores de cooperação, solidariedade, laços familiares, auto-suficiência, respeito à natureza e ao ciclo biológico. Pesquisas reconhecem a importância e participação desses grupos na conservação de ecossistemas e de áreas degradadas, nos moldes de um desenvolvimento durável, autônomo e local.

Objeto de Estudo: A Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), através de vários projetos voltados para o aspecto social, econômico, cultural e ambiental em curso, reconhece a especificidade de comunidades litorâneas, socialmente marginalizadas, no desenvolvimento integrado do Município.

Acreditamos que o projeto *O Novo, O Velho e o Mar* se insere nessa filosofia e na intenção desses projetos e programas, pois pretende elevar o potencial local de populações consideradas socialmente marginalizadas, mas que

continuam participando de atividades ecologicamente sustentáveis, importantes no desenvolvimento local, embora não tenham um reconhecimento formal do seu papel.

Justificativas: O treinamento de jovens por pescadores idosos, por intermédio das *Escolas de Pescadores Mirins*, pode contribuir para a inclusão social de um segmento de adolescentes e de pescadores aposentados, que dificilmente são beneficiados por políticas públicas e desenvolvimento econômico. O projeto justifica-se por associar medidas de recuperação social com a proteção e conservação de recursos naturais e do meio ambiente urbano, um dos principais desafios da Agenda 21.

Principais Objetos de Atuação: Jovens entre 12 e 21 anos de idade, de baixo poder aquisitivo, filhos ou não de pescadores e idosos, pescadores e inativos.

Objetivo Principal: criar *Escolas de Pescadores Mirins*, envolvendo crianças e adolescentes mais carentes e pescadores idosos e aposentados, da Colônia de Pesca na Enseada do Suá, no ensino e aprendizado das atividades de pesca, envolver a comunidade local, nos moldes sustentáveis de desenvolvimento.

Objetivo Específico:

(a) criar e manter *Escolas de Pescadores Mirins* ou espaços apropriados para o ensino e aprendizado de suas atividades, permitir a pescadores idosos e aposentados transmitir suas habilidades, técnicas e conhecimentos a jovens carentes;

(b) contribuir para o reconhecimento de saberes e práticas tradicionais da pesca sustentável;

(c) envolver a população local na defesa de seus interesses e na promoção social e econômica de jovens carentes e pescadores idosos e/ou inativos; e

(d) proteger, preservar e conservar o ecossistema urbano e os sítios pesqueiros, evitando a degradação ora em processo.

Metodologia de Trabalho: Com agentes sociais e monitores, capazes de coordenar “ação comunitária”, envolvendo diagnóstico socioambiental, planejamento, decisões e avaliação dos resultados, a proposta é de cadastrar participantes elegíveis para desencadear o projeto; implantar um *Modelo de Ação Comunitária Sustentável (MACS)*, com as lideranças para estabelecer prioridades; acionar recursos necessários, determinar metas a serem atingidas; e avaliar os resultados para a implantação das “Escolas” com a participação da comunidade, da Prefeitura e da Universidade.

B) Diagnóstico Sociocultural, Ambiental e Elaboração de Modelo Integrado de Desenvolvimento das Partes Altas no Município de Velha, E.S.¹⁰

Apresentação: O presente projeto de pesquisa visa à compreensão da realidade sociocultural e ambiental dos morros do município de Vila Velha (ES), elaborar um modelo de integração e de desenvolvimento local por meio de um estudo piloto aplicável aos demais. Busca, ainda, captar a especificidade da realidade e dos problemas dos morros com base no ponto de vista dos seus moradores, na identificação das necessidades e carências, valores, expectativas e estratégias da sobrevivência cotidiana dos habitantes dos morros, em condições consideradas precárias e não conhecidas por setores do poder público e demais segmentos da sociedade.

A participação dos moradores como sujeitos ativos no próprio processo de coleta de dados, na definição de prioridades, na tomada de decisão, no planejamento e na implementação de bens e serviços são premissas básicas, neste projeto.

A preocupação com a dimensão sociocultural e ambiental e a participação efetiva da população no processo de desenvolvimento local, integrado e autônomo dessas áreas degradadas de periferias urbanas, nos dias de hoje, são vistas como saída para enfrentar os impactos deletérios e estruturais de novas formas de hierarquização e de fragmentação social, principalmente em comunidades mais pobres e segregadas.

É preciso conhecer e delinear estratégias realistas e práticas de interação (e não integração) das partes, socialmente e espacialmente “apartadas” para participar de políticas e investimentos em serviços sociais do poder administrativo do município.

Estrutura do Projeto: O projeto é constituído de três módulos:

Módulo I - “Escutando os Morros”, durante o qual se faz um

- (1) mapeamento e levantamento geográfico da área delimitada; e
- (2) diagnóstico sociocultural e ambiental.

Módulo II - “Modelo Interativo de Desenvolvimento das Partes Altas”, que consiste em delinear estratégias (no nível micro, meso e macro) de desenvolvimento local, interativo e participativo, a partir dos resultados obtidos e analisados em I; e

Módulo III - “Extensão do Modelo a Todos os Morros”, elaborado a partir do projeto de pesquisa piloto, é aplicado às demais comunidades, através de

- (1) diagnóstico sociocultural e ambiental mais amplo e
- (2) elaboração de estratégias, visando a uma Política Pública de Ação Interativa e Permanente entre os Órgãos Públicos, a Sociedade Civil e as Lideranças Locais das Comunidades em questão.

Objetivos:

- (a) mapear e levantar os aspectos geográficos, recursos naturais e principais vetores de degradação ambiental;
- (b) identificar a especificidade social, econômica e cultural de cada morro;
- (c) analisar e compreender as necessidades, prioridades, atitudes, opiniões, conhecimento, grau de consciência, atividades produtivas, estilos de vida, redes de interação social, liderança comunitária, principais problemas, expectativas com o futuro, potenciais e obstáculos;
- (d) elaborar um modelo com estratégias de desenvolvimento local, interativo e sustentável; e
- (e) delinear diretrizes para uma política pública de atuação permanente e duradoura entre Órgãos Públicos e Comunidades em questão.

Metodologia: mapeamento e levantamento geográfico (espacial e ambiental); questionário simplificado a partir de um eixo temático; entrevistas mais aprofundadas com as lideranças locais e membros da comunidade; observação direta por especialistas; observação participante do cotidiano e registro fotográfico.

C) Construção de Moradias Através de Mutirão e Recuperação Socioeconômica da População Excluída - Um Modelo de Ação Comunitária Integrado.¹¹

A construção de moradias através de mutirão parte de uma carência sentida como prioritária em que todos os interessados se envolvem, possibilitando a participação e o compromisso de muitas famílias, num processo de *Ação Comunitária*, o qual pode ser aproveitado para desencadear a recuperação socioeconômica dessas famílias, incluindo-as no mercado de trabalho e melhorando a qualidade de vida da população-alvo.

Execução:

- delimitar área para construção das moradias e planejar mutirão em conjunto com órgãos do estado, do município, e com a liderança comunitária e fazer contrato, amparando juridicamente a comunidade e as partes participantes, especificando as responsabilidades (o Estado concede uma cesta básica, a Prefeitura, o terreno e a comunidade, a mão de obra e a supervisão);
- planejar e executar moradias em duas etapas: fabricação de blocos e de tijolos e construção das casas; iniciar processo de recuperação socioeconômica do bairro, aproveitando o envolvimento das famílias no mutirão, através de um diagnóstico social;

- analisar necessidades e carências, adequação de programas de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo;
- adotar parcerias entre Governo, Prefeitura e empresas na recuperação e melhoria da qualidade de vida da comunidade, instituir monitoramento e avaliar os resultados com as lideranças no sentido de promover autonomia e promoção social.

D) Agrovila e a Promoção da Vida Comunitária e Produtiva¹²

A implantação de agrovilas para combater as condições de empobrecimento generalizado e a degradação dos níveis de vida da população excluída significa re-articular indivíduos, grupos e associações (formais e informais), num processo contínuo de ação comunitária, tendo como base a produtividade e a promoção social.

Pode ser de duas modalidades:

agrovilas suburbanas – em que se desenvolve a re-articulação da rede de relações sociais e econômicas; e

agrovilas rurais – em que se constrói fisicamente e socialmente a agrovila.

Execução:

1. mapeamento das aglomerações suburbanas, diagnóstico social e análise das carências e necessidades prioritárias;
2. identificação das redes de produção, comercialização, consumo e reordenamento de indivíduos, grupos e associações na noção de “agrovila produtiva” e de convivência comunitária e autônomas;
3. elaboração de estratégias entre a agrovila com os vários programas e projetos de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, órgão do Estado e da Prefeitura;
4. monitoramento e assistência com avaliações (a curto, médio e a longo prazos), visando à melhoria da qualidade de vida e inserção no desenvolvimento mais amplo do município; e
5. construção de moradias, escolas, posto de saúde e centro comunitário em círculo, adjacente aos campos de trabalho, de acordo com o processo acima, conforme procedimento usual nas agrovilas rurais.

Conclusão

O MODELO DE AÇÃO COMUNITÁRIA SUSTENTÁVEL (MACS) baseou-se no Modelo de Ação Comunitária (MAC), elaborado num contexto em que o meio ambiente

não era considerado ainda uma questão pública e quando o debate ambiental nas Ciências Sociais apenas começava a tomar rumo. Talvez por uma miopia teórica que tem explicação na formação ambígua dessas disciplinas e que se respaldava num paradigma dominante da ciência, às voltas com o debate entre funcionalismo, empirismo, marxismo e, em menor escala, com a hermenêutica, a questão ambiental foi vista como uma questão menor.

A ação comunitária, como temática, fazia parte de pesquisas sobre a mobilização e organização das Comunidades de Base e preocupava-se com o estudo teórico e prático de modelos que pudessem auxiliar no desenvolvimento do espírito comunitário para a solução de problemas sociais e políticos, um legado que se perdeu na ditadura militar (1964-1986) e retorna no processo de consolidação da democracia. É bom lembrar que, nos anos de 1970, se discutia sobre um conceito de ação comunitária “localizada” e, como estratégia de “conscientização” política, um tipo de ação e participação comunitária com base na *Pedagogia do Oprimido* do educador Paulo Freire.¹³ O que chamava atenção e motivava era a eliminação da pobreza urbana e a inserção de trabalhadores no processo produtivo e na obtenção de bens e serviços do Estado e mercado.

Não devemos descartar o debate anterior (“jogar fora a água e a criança”), mas aproveitar as premissas do modelo anterior e discuti-lo, à luz do que está ocorrendo com a sociedade contemporânea, isto é, articular a questão social com a ambiental, na ótica do desenvolvimento sustentável.

Discutimos que a ação comunitária faz parte da crise da modernidade. A análise da transição do paradigma dominante, do conhecimento científico com base numa racionalidade parcial, regulada pela lógica do mercado e do Estado, está esgotada. Há possibilidade do paradigma emergente, consolidação da racionalidade completa (o genuíno desenvolvimento sustentável e durável). Isso não pode prescindir de um conhecimento científico, prudente, decente, aliado a

um senso comum, renovado, com base na solidariedade, descolonizada e vista como forma do saber crítico e emancipado.

A participação ativa e criativa da comunidade como parte integrante desse novo conceito de desenvolvimento é a alternativa, viável, para a solução de questões complexas, tais como a violência e a degradação social, ambiental e dos recursos naturais.

Aproveitamos o modelo anterior e mostramos a importância dos eixos temáticos. Enfatizamos a importância de redefinir hoje essa comunidade de

base que chamamos de Grupo Comunitário que o núcleo do processo de ação comunitária porque sofreu impactos das mudanças sociais, “desterritorializaram-se” e estão mais articulados em redes com outros.

Aprendemos que, através dos eixos temáticos, podemos relacionar variáveis sociais e ambientais, na construção de questionários e de entrevistas a ser aplicados em amostras da população do entorno, inclusive em grupos tradicionais que conservam o seu meio e que daí extraem a sua sobrevivência. As pesquisas socioambientais possibilitaram-nos elaborar um outro modelo, com ênfase na sustentabilidade da comunidade, que só faz sentido com a elaboração e a inserção de novos conceitos. Finalizamos com a apresentação de possíveis projetos e usos do modelo MACS, cuja intenção é puramente didática.

NOTAS

¹ Esses questionários e entrevistas foram aplicados em duas amostras da população residentes do bairro Maria Ortiz, em Vitória, ES, e na bacia do rio Jacaraípe, no município da Serra, ES. Entrevistas foram feitas com grupos que mantêm relação de sobrevivência no entorno do mangue e da bacia (BRASIL, Gutemberg H.; ANJOS, Eryl E. dos. *Pesquisa de opinião pública: diagnóstico socioambiental nas áreas de influência direta da Bacia Hidrográfica do Rio Jacaraípe*. Vitória, 1999. (Relatório Final de Pesquisa: Projeto SEAMA/GTZ/Núcleo de Pesquisa de Mercado, Opinião e Estatística.

² Isto é, dizem uma coisa para o “front” e fazem outra nos bastidores ou na “região de trás”, segundo denominações de Giddens.

³ Ver pesquisas realizadas (Anjos, Brasil; Pêgo e Silva. *Diagnóstico socioambiental e estratégias para implantação de projeto de reurbanização de áreas degradadas*: aplicação a um bairro do Município de Vitória, Vitória: FACITEC/PMV/UFES/Núcleo de Pesquisa de Mercado, Opinião e Estatística, Junho, 1999.

⁴ Esse sentimento estava sendo noticiado pela prefeita Marta Suplicy de São Paulo a propósito de uma campanha chamada “belezura”.

⁵ *Folha de São Paulo* (9/11/96).

⁶ O “Wilderness Act”, em 1964, para regular danos ambientais, sofridos desde a promulgação do “Homestead Act”, de 1890.

⁷ O caso Chico Mendes ou o modo extrativista da borracha no Amazonas são exemplos de situações que ganharam atenção internacional.

⁸ Através da organização de uma associação, Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (Oaeyrg), buscaram, com a empresa de iniciativa privada, autonomia econômica, sem sair da floresta. Para o antropólogo Mauro Leonel, tais projetos “são mais viáveis do que os do governo, porque oferecem garantias de mercado para os produtos” (MENEZES, Noeli; MOURA Silvia de. Urucum transforma vida de comunidade, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A18, 26 nov. 2000).

⁹ Projeto solicitado por um vereador, na administração da Prefeitura Municipal de Vitória, em 1998-1999.

¹⁰ Solicitado pela Secretaria de Ação Social de Vila Velha, 1999.

¹¹ Solicitado pela Secretaria Estadual do Interior do Espírito Santo, 1997-1998.

¹² Para o Governo do Estado.

¹³ Educador brasileiro de renome internacional que escreveu vários livros (entre eles, o já considerado clássico *Pedagogia do Oprimido*)

REFERÊNCIAS

- ANJOS, E. E. dos. A nova realidade agrária: questão ambiental e impasses da sociologia rural. *Mosaico Revista de Ciências Sociais*, Vitória, v. 1. n. 1, p. 105-122, 1998.
- ANJOS, E. E. dos; DOSXEY, J. R.; SERPA, A. P. Diagnóstico sócio-econômico: etapas preliminares na recuperação social. *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 8-15, 1978.
- ANJOS, E. E. dos et. al. *Diagnóstico socioambiental e estratégias para implantação de projeto de reurbanização de áreas degradadas*: aplicação a um bairro do município de Vitória. Vitória: FACITEC/PMV/UFES/Núcleo de Pesquisa de Mercado, Opinião e Estatística, 1999. Relatório de Pesquisa.
- BRASIL, G. H.; ANJOS, E. E. dos. *Pesquisa de opinião pública*: diagnóstico socioambiental nas áreas de influência direta da bacia hidrográfica do Rio Jacaraípe. Vitória: SEAMA/GTZ/Núcleo de Pesquisa de Mercado, Opinião e Estatística, 1999. Relatório Final de Pesquisa.
- BRÜSEKE, F. J. Pressão modernizante, estado territorial e sustentabilidade. *Perspectivas*, São Paulo, n. 15, p. 69-94, 1992.
- _____. Caos e ordem na teoria sociológica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 8, n. 22, p. 119-136, 1993.
- _____. O problema do desenvolvimento sustentável como desafio para as ciências. *Cadernos do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônico*, n. 12, p. 141-164, nov. 1994.
- _____. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1966.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1944.
- _____. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 6, n. 1/2, jan./jun. 1992.
- GHAI, D.; VIVIAN, J. M. (Ed.) *Grassroots – environmental action people's participation in sustainable development*. London: Routledge, 1992.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.
- GIULIANI, G. M. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 1-17, 1998.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- _____. *Teorias da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JOLLIVET, J.; PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-112.
- REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. Sociology and the environment: discordant discourse?. In: REDCLIFT, M.; BENTON, T. (Ed.). *Social theory and the global environment*. London: Routledge, 1994.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, v. 1, 2000.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*, São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 469-494.

_____. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento, In: VIOLA, E. J. et al. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 45-98.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 317-318.